

Relatório Anual

Agosto de 2006/Julho de 2007

Diretor
André Malhão

Vice-Diretor de Desenvolvimento
Institucional
Sergio Munck

Vice-Diretora de Pesquisa e Desenvolvimento
Tecnológico
Isabel Brasil

Coordenador do Laboratório de Educação
Profissional em Atenção à Saúde
Gustavo Corrêa Matta

Coordenador do Laboratório de Educação
Profissional em Gestão em Saúde
Gilberto Estrela Santiago

Coordenadora do Laboratório de
Educação Profissional em Informações
e Registros em Saúde
Arlinda Barbosa Moreno

Coordenador do Laboratório de Educação
Profissional em Manutenção de
Equipamentos de Saúde
Francisco de Paula Bueno A. Neto

Coordenadora do Laboratório de Educação
Profissional em Técnicas Laboratoriais em
Saúde
Etelcia Moraes Molinaro

Coordenador do Laboratório de Educação
Profissional em Vigilância em Saúde
Maurício Monken

Coordenador do Laboratório de Formação
Geral na Educação Profissional em Saúde
José Roberto Franco Reis

Coordenadora do Laboratório de Iniciação
Científica na Educação Básica
Cristina Araripe

Coordenador do Laboratório de Trabalho e
Educação Profissional em Saúde
Mônica Vieira

Coordenador de Administração
Mário Sérgio Z. Homem

Coordenadora de Cooperação Internacional
Anamaria D'Andrea Corbo

Coordenadora de Comunicação, Divulgação
e Eventos
Cátia Guimarães

Coordenadora da Secretaria Técnica da
Rede de Escolas Técnicas do SUS
(RET-SUS)
Renata Reis

Coordenação da Editoria da Revista
Trabalho, Educação e Saúde
Angélica Fonseca
Carla Martins
Isabel Brasil

**Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**

Relatório Anual

Agosto de 2006 / Julho de 2007

**Centro Colaborador da OMS para a
Educação de Técnicos em Saúde**

Sumário

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), é responsável pela coordenação e execução das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica na área de Educação Profissional em níveis de formação inicial, continuada e técnico em saúde. A Escola constitui em objetos de cooperação com outros países, sua capacidade de elaborar projetos de política, regulamentação, currículos, cursos, metodologias e tecnologias educacionais voltados para a formação de técnicos em saúde e, também, de produzir e divulgar conhecimentos nas áreas de trabalho, saúde e educação.

No que se refere à cooperação técnica, a EPSJV mantém parcerias de cooperação internacional de caráter bilateral com países do continente americano e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e de caráter multilateral com a **Organização Pan-Americana de Saúde (OPS)**, além de ser Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Educação de Técnicos em Saúde, desde 2004.

A EPSJV, enquanto Centro Colaborador, pautou suas atividades e ações de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano de Trabalho apresentado à OMS na época do seu credenciamento como Centro Colaborador. Desta forma foram gerados os seguintes desdobramentos no período de agosto de 2006 a julho de 2007:

Realizaram-se ações que visam à formação e ao desenvolvimento de profissionais de saúde na África e na América Latina, entre elas: a segunda reunião da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) nos dias 22 e 23 de maio de 2007 (durante o I Congresso de Tecnologia da Saúde em Cuba); a realização da oficina “Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde”, nos dias 13 e 14 de julho de 2007 (durante o IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, X Congresso Latino-Americano de Medicina Social e XIV Congresso da Associação Internacional de Políticas de Saúde, em Salvador, Brasil); às ações previstas no projeto “Apoio à capacitação dos recursos humanos dos PALOP”, e as atividades relacionadas ao Projeto de Cooperação Técnica entre Países (CTP) “*Colaboración Interinstitucional para el Fortalecimiento de la Formación de Técnicos y Auxiliares como Actores Esenciales de la Atención de Salud*” entre Bolívia, Brasil e Paraguai; e a continuidade das atividades informadas no relatório anterior, relacionadas com o “Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde” (realizado de 21 a 25 de agosto de 2006), a visita de uma missão da EPSJV a Luanda (no âmbito da Cooperação Técnica com a Direção Nacional de Recursos Humanos/Ministério da Saúde de Angola), além de receber visitas técnicas de representantes da OMS, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH).

No que se refere **à formação e ao desenvolvimento de docentes envolvidos com a formação de profissionais de saúde**, a EPSJV teve aprovado, em julho de 2007, seu Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde. A primeira turma começará em 2008, existindo a possibilidade de descentralizar o curso para outros estados e países, a partir das ações de cooperação técnica empreendidas pela Escola.

Elaboraram-se também materiais didáticos para apoiar os processos de formação e de desenvolvimento de profissionais de saúde e docentes. Foram editados um total de dez livros, com destaque especial para os três primeiros livros da coleção “Educação Profissional e docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde”, o lançamento do “Dicionário de Educação Profissional em Saúde” e da cartilha “Vigilância dos Eventos Adversos Pós-Vacinação: cartilha para trabalhadores de sala e vacinação”, obra fruto de uma parceria com o Ministério da Saúde do Brasil.

Foram editadas também as publicações “Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo” e “Debates e Síntese do Seminário Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo”. Esta última conta com dois DVD’s que destacam trechos das conferências e debates do *Seminário de Trabalho Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*, evento que buscou proporcionar o debate social e educacional na atualidade no que tange às referências básicas para a formação dos trabalhadores.

Desenvolveram-se estudos técnico-científicos sobre profissionais de saúde. Vale enfatizar os estudos em desenvolvimento na Estação de Trabalho Observatório dos Técnicos em Saúde com a pesquisa intitulada “A Educação Profissional em Saúde no Brasil e em países do Mercosul. Perspectivas e limites para a formação integral de trabalhadores face aos desafios das políticas de saúde”; e o projeto de cooperação no âmbito do Convênio entre a FIOCRUZ e o *Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale* (INSERM) “Desenvolvimento de procedimentos operacionais e de biossegurança em biotérios de experimentação em plataformas tecnológicas”.

Privilegiou-se a **disseminação de informações e conhecimentos técnico-científicos sobre profissionais de nível médio em saúde**. Neste item, merecem destaque a mudança na periodicidade do periódico científico “Trabalho, Educação e Saúde” - que passou de semestral para quadrimestral em 2007 - e a certificação pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme-OPS) da Biblioteca Virtual em Saúde – Educação Profissional em Saúde (BVS/EPS).

Introdução

As atividades de cooperação técnica desenvolvidas pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Educação de Técnicos em Saúde, durante o período de agosto de 2006 a julho de 2007, estão descritas de forma sucinta no presente relatório.

Com a finalidade de permitir uma visualização mais clara das atividades de cooperação técnica, o presente documento foi estruturado de acordo com a região onde as ações foram estabelecidas, repetindo, desta forma, a organização de informações adotada no relatório anterior. Assim, partimos de um ponto de vista regional para descrever as atividades empreendidas como parte do plano de trabalho da EPSJV como Centro Colaborador.

O relatório apresenta como primeiro item as atividades de cooperação técnica realizadas no continente africano, seguido das desenvolvidas na região das Américas. Outras ações, como a coordenação da Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS), a implantação do mestrado profissional em Educação Profissional em Saúde, o Projeto “Desenvolvimento de Procedimentos Operacionais e de Biossegurança em Biotérios de Experimentação em Plataforma Tecnológica”, a disseminação de informações e conhecimentos técnico-científicos sobre profissionais de nível técnico e a colaboração com outros centros colaboradores da OMS, devido à sua abrangência, foram inseridas em itens separados.

Cabe ressaltar, que as atividades mencionadas em relatórios anteriores que não tenham continuidade no presente informe estão à espera de resposta dos países demandantes.

1. África

1.1. Angola – Cooperação Técnica com a Direção Nacional de Recursos Humanos/Ministério da Saúde de Angola

Conforme informado no relatório anterior, em outubro de 2006 uma missão da EPSJV esteve em Angola, com o objetivo de reunir e sistematizar informações sobre as políticas de trabalho, educação e saúde daquele país, a fim de apoiar as Escolas Técnicas Profissionais de Saúde (ETPS) na organização curricular e na planificação de ações de formação de formadores, coordenadores pedagógicos e gestores das mesmas. Naquela oportunidade foi organizado um encontro com o corpo de dirigentes das Escolas de Luanda, Benguela e Lubango e dos Institutos Médios de Saúde de Huambo, Bié, Malange e Cabinda, e com a Direção Nacional para discutir as bases teórico-metodológicas que fundamentam a concepção de educação profissional que subsidia a proposta de reestruturação dessas Escolas Técnicas. Como resultado da missão ficou pactuada, para o ano de 2007, a realização de uma qualificação em gestão pedagógica do corpo dirigente das ETPS; a formação de formadores nas áreas de laboratório e enfermagem, com revisão curricular nos respectivos cursos de promoção de auxiliar para técnicos médios; e a implantação dos cursos de manutenção de equipamentos e de informação e registro em saúde. Como parte dessa cooperação, uma vaga do curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde da EPSJV, oferecido em 2007, foi preenchida pela Chefe de Seção de Ensino do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Direção Nacional de Recursos Humanos do Ministério da Saúde da Angola.

Estas atividades de cooperação estão relacionadas com o projeto de “Capacitação do Sistema de Saúde de Angola”, BRA/04/044, assinado em 09 de julho de 2007, financiado pelo Governo Brasileiro - através da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) e da FIOCRUZ/Ministério da Saúde; e pelo Governo de Angola através do Ministério da Saúde (MINSa). O referido projeto tem como base legal o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica estabelecido entre o Governo do Brasil e o de Angola, assinado em 11 de junho de 1980.

As atividades previstas nesse projeto envolvem a realização de um curso de curta duração em educação profissional em saúde; uma capacitação em revisão curricular, e em elaboração e adaptação de material didático nas áreas de registro e informações, manutenção de equipamentos e biodiagnóstico; uma capacitação de supervisores de estágio em formação docente-assistencial na área de enfermagem (que contará com a participação da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos e da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, que também é Centro Colaborador da OMS na área de enfermagem); além de um estágio, para dois profissionais angolanos, na EPSJV, para qualificá-los na gestão da formação técnica em saúde. O início das atividades está previsto para ocorrer no segundo semestre de 2008.

1.2. Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) – Projeto de apoio à capacitação de recursos humanos em saúde

Conforme informado no relatório anterior, a EPSJV participa do Programa de Apoio à Capacitação de Recursos Humanos em Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), envolvendo a ABC/MRE e a FIOCRUZ. A finalização das atividades previstas nesse programa envolvem a formulação e a edição de material didático impresso para a replicação da Metodologia de Capacitação Pedagógica desenvolvida pelos consultores do programa e aplicada na primeira missão. Em outubro será finalizado o material didático que será validado em missões organizadas em Maputo e Luanda, no mês de novembro. Um dos objetivos dessas missões é a qualificação dos docentes na aplicação da metodologia desenvolvida pelos consultores.

1.3. Etiópia

Conforme indicado no relatório anterior, foi dada continuidade à proposta de cooperação técnica na área de informação e registros em saúde, demandada em agosto de 2006, pela Dra. Wuleta Lemma, pesquisadora da Tulane University e assessora do Ministério da Saúde da Etiópia. Estruturada de forma a possibilitar o diagnóstico e problematização do processo de trabalho dos profissionais que se responsabilizam pela coleta e registro dos dados que alimentam o sistema de informação do país, a primeira missão da EPSJV à Etiópia teria a duração total de treze dias.

Como início da cooperação técnica, foi repassado ao Ministério da Saúde o plano do curso técnico de informações e registros em saúde da EPSJV para tradução, com vistas à análise da pertinência da sua organização curricular para a realidade do sistema de saúde etíope. A definição do plano de trabalho da cooperação será organizado a partir dessa análise e da realização do diagnóstico situacional elaborado durante a missão ao país.

Essa cooperação técnica tem como produto final a estruturação de um curso técnico nesse país, incluindo a tradução para o inglês do livro “Textos de Apoio Registros de Saúde” – publicação organizada pela EPSJV e editada pela Fiocruz em parceria com a Opas. No momento, aguarda-se a resposta do Ministério de Saúde da Etiópia para a efetivação da primeira missão.

1.4 . Guiné Bissau

No marco do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (PECS/CPLP), a EPSJV participou da reunião do PECS para Guiné Bissau sob a coordenação da Diretoria de Planejamento Estratégico (DIPLAN) da Fundação, com a participação de representantes do Ministério da Saúde daquele país. O projeto tem como objetivo a estruturação da área de educação de técnicos em saúde, através do fortalecimento da Escola de Formação de Quadros de Saúde Dr. Fernando Cabral que estará articulada à Escola Nacional de Saúde Pública do país.

1.5. Visita de representante da OMS

Norbert Dreesch, oficial técnico do Departamento de Recursos Humanos para a Saúde da OMS em Genebra, esteve na EPSJV no mês de março. Durante a visita, que durou um dia, conheceu a organização das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional da Escola, além dos projetos de cooperação em andamento, com ênfase particular nos que envolvem os países africanos, interesse maior do visitante.

1.6. Visita de consultor da UNESCO

Em maio de 2007, a EPSJV recebeu Antonio Carlile Holanda Lavor, ex-Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB), ex-Secretário de Saúde do Ceará, médico sanitaria da Escola de Saúde Pública Paulo Marcelo Martins Rodrigues da Secretaria de Saúde do Ceará, e consultor pela UNESCO para apoiar a implantação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em Luanda, Angola. A visita do consultor à Escola teve por objetivo solicitar subsídios para o trabalho que será desenvolvido por ele em Angola, especialmente no que se refere aos processos de formação dos ACS.

1.7. Oficina “Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde”

A oficina “Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde” foi realizada nos dias 13 e 14 de julho de 2007, no âmbito do IV Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, o X Congresso Latino Americano de Medicina Social e o XIV Congresso da Associação Internacional de Políticas de Saúde, em Salvador – Bahia.

O evento, organizado e promovido pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), a Organização Pan-Americana da Saúde – Brasil (OPAS), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde do Brasil (SGTES/MS), configurou-se como uma oportunidade para a discussão e o compartilhamento, em nível internacional, de conhecimentos, experiências e demandas relativas à formação de trabalhadores técnicos em saúde, com vistas à definição de estratégias estruturantes de cooperação técnica para o fortalecimento dessa área nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Na oficina, foram apresentadas diversas experiências brasileiras relacionadas à área de educação de técnicos em saúde.

Participaram dessa reunião aproximadamente 30 pessoas, entre representantes dos Ministérios da Saúde de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Brasil, OPAS, OMS, das Escolas Técnicas que compõem a Comissão Geral de Coordenação da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS), profissionais da EPSJV e da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) / Fundação Oswaldo Cruz.

Tendo em conta a necessidade do fortalecimento da educação de técnicos no continente africano, para fazer frente às demandas e necessidades que advêm da crise da força de trabalho em saúde, conforme apontado no Relatório Mundial da OMS de 2006, os participantes da referida oficina formularam algumas recomendações (Anexo 1) que

têm o objetivo de subsidiar as propostas de cooperação técnica na região. Tais propostas foram fruto de um amplo processo de discussão realizado a partir da apresentação da realidade da área de educação de técnicos em saúde pelos PALOP presentes, e da explanação de algumas experiências brasileiras.

As recomendações baseiam-se no pressuposto de que as políticas de educação de técnicos em saúde devem contemplar estratégias de consolidação ou estruturação de instituições de formação de técnicos nos PALOP, para que esses países possam desenvolver de maneira autônoma e perene a formação dos seus trabalhadores técnicos, orientando-a de forma mais congruente às necessidades de saúde da população. Entretanto, é levado em consideração o fato de que existe uma demanda urgente e imediata de desenvolvimento de cooperações técnicas que contribuam para o aumento do número de trabalhadores qualificados nesses países.

A relatoria do encontro encontra-se no Anexo 1.

Os encaminhamentos derivados da Oficina apontam para a formalização das demandas de cooperação junto à embaixada brasileira de cada país, para que posteriormente sejam encaminhadas às instituições demandadas via Agência Brasileira de Cooperação – Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

2. América Latina

2.1. TCC Bolívia, Brasil e Paraguai

Conforme informado anteriormente, professores-pesquisadores da EPSJV participaram de duas missões – a Cochabamba (Bolívia) e Assunção (Paraguai) em novembro e dezembro de 2006 respectivamente -, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica entre Países (CTP) “*Colaboración Interinstitucional para el Fortalecimiento de la Formación de Técnicos e Auxiliares como Actores Esenciales de la Atención de Salud*” entre Bolívia, Brasil e Paraguai.

Como desdobramento da missão de cooperação realizada no Paraguai, foi solicitado o retorno das pesquisadoras da equipe de profissionais da EPSJV para assessorar na organização do primeiro Curso de Técnico em Registros e Sistemas de Informação em Saúde, dirigido aos trabalhadores que desenvolvem estas atividades no país. Um dos produtos desta atividade foi a elaboração do “Informe Técnico (Resumen Ejecutivo) – OPS/OMS Paraguay”, conforme consta no Anexo 2 .

Está prevista, para os próximos dias 18 e 19 de outubro, na EPSJV, a realização de uma reunião geral com representantes dos três países para a avaliação dos trabalhos desenvolvidos no marco deste TCC com a definição de propostas de continuidade da cooperação técnica.

2.2. Projeto de pesquisa “A Educação Profissional em Saúde no Brasil e em países do Mercosul: Perspectivas e limites para a formação integral de trabalhadores frente aos desafios das políticas de saúde”

Conforme apontado em relatórios anteriores, o projeto de pesquisa recebeu o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tendo sua implementação iniciada no primeiro semestre de 2007. Com uma duração prevista de 24 meses, o projeto está dividido em duas fases – nacional e internacional -, e tem como objetivo identificar e analisar a oferta quantitativa e qualitativa de educação técnica em saúde nos países do MERCOSUL - Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Tal pesquisa visa trazer subsídios às políticas de organização e fortalecimento de sistemas de saúde e de cooperação internacional entre o Brasil e os países do referido bloco sub-regional. Atualmente o projeto está em sua fase nacional.

Entre os produtos esperados do projeto estão: a edição de um livro sobre o estado da arte nacional e internacional da educação técnica em saúde; a realização de um seminário internacional sobre a educação técnica em saúde, reunindo representantes da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) em 2008; um cadastro eletrônico das instituições do Mercosul de educação técnica em saúde; e um catálogo impresso e/ou eletrônico de profissões técnicas em saúde no Mercosul.

2.3. Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH) - HONDURAS

A Dra. Rutília Calderón, vice-reitora da Universidad Nacional Autónoma de Honduras (UNAH) visitou a EPSJV em 9 de janeiro de 2007. O objetivo da visita foi conhecer o trabalho desenvolvido pela EPSJV com vistas ao desenvolvimento de acordos de cooperação entre as duas instituições.

As áreas da saúde e educação foram definidas como prioritárias para o governo hondurenho, exigindo da UNAH o empenho na busca de soluções para os problemas de qualidade e pertinência dos cursos ministrados na instituição. Por este motivo foi manifestado o interesse de estabelecer intercâmbio com a EPSJV na área de educação de técnicos em saúde para a formatação de novos cursos e reavaliação dos existentes.

Como primeiro desdobramento da visita da Dra. Rutília Calderón, a EPSJV recebeu em junho a visita do Dr. Jesús Pineda, coordenador de ensino a distância da UNAH e da Lic. Digna Castillo, coordenadora do Programa de Desenvolvimento Curricular da UNAH. Ambos fizeram uma visita de uma semana de duração, durante a qual conheceram em detalhe a organização das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional da Escola.

Como resultado da experiência, foi declarada a intenção de construir uma série de ações de cooperação que compreendem: a criação de um instituto politécnico na universidade para possibilitar a formação de técnicos de nível médio e superior; o ingresso da universidade na RETS; o apoio da EPSJV na qualificação dos docentes (formação de formadores); e a cooperação da Escola na implementação de um plano de comunicação para a Universidade.

2.4. Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IPE/Unesco – ARGENTINA)

Aude Bresson, representante do Instituto Internacional de Planejamento da Educação (IPE/Unesco), esteve na EPSJV em 19 de janeiro. A visita teve como objetivo conhecer as atividades desenvolvidas pela Escola Politécnica e vislumbrar possibilidades de cooperação em futuros projetos.

3. Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)

3.1. Processo de formalização dos membros da Rede

Dando continuidade ao processo de reativação da RETS iniciado em 2005, esta Secretaria Executiva iniciou o processo de formalização de vínculo das instituições de ensino, membros da Rede, que executam programas de formação de trabalhadores técnicos na área da saúde, conforme as diretrizes estabelecidas no capítulo II do regimento da RETS. Esta iniciativa abrange as entidades que ainda não tinham sido oficialmente indicadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela formulação da política de educação de técnicos na área da saúde, de seus respectivos países de origem. Paralelamente, com o intuito de ampliar a área geográfica de atuação da Rede, a Secretaria contactou novamente as representações da OMS e instâncias governamentais dos países que não responderam às convocações anteriores.

No que se refere à execução do plano de comunicação, a perspectiva é de que o site e a revista da Rede sejam lançados durante o segundo semestre de 2007. No momento a Secretaria Executiva mantém o Boletim Eletrônico da RETS, que consiste no envio por e-mail de informações sobre pesquisas, eventos e publicações relacionadas com as áreas da saúde, educação e trabalho.

3.2. Apresentação da Secretaria Executiva da RETS na Colômbia

A RETS foi apresentada formalmente durante o “Primeiro Congresso Nacional de Entidades de Formação para o Trabalho em Saúde”, em Bogotá, em novembro de 2006. O evento teve entre seus principais objetivos a conformação de uma rede nacional colombiana de entidades de formação para o trabalho em saúde que funcionasse de maneira articulada com a RETS. Esta participação foi viabilizada através de convite encaminhado a esta Secretaria Executiva pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) da Colômbia, instituição integrante da Rede.

3.3. Reunião da RETS durante o I Congresso de Tecnologia da Saúde, La Habana – Cuba

A RETS se reuniu pela segunda vez, desde a sua reativação em 2005, entre os dias 22 e 23 de maio, no Capitólio Nacional, em Havana, Cuba, durante o ‘I Congreso de Tecnologías de la Salud’. A reunião contou com a participação de cerca de 20 pessoas, representando 14 instituições de seis países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México e Uruguai.

O encontro foi programado na primeira reunião da Rede, ocorrida durante o Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, realizado em agosto de 2006, no Rio de

Janeiro, Brasil. Teve como objetivo validar um instrumento que contribuísse para o alcance de uma unidade possível de categorização das diversas carreiras e áreas de formação técnica de forma a contemplar a realidade educacional dos países que integram a RETS. Tal instrumento facilitará a coleta e sistematização das informações que estarão disponíveis no site da Rede, assim como servirá de base para futuros projetos de pesquisa desenvolvidos em conjunto. Entre estes, destaca-se a elaboração de um glossário de definição e classificação das ocupações técnicas e termos relacionados, conforme apontado no Plano de Trabalho da RETS para o período de 2006 a 2008. A síntese da relatoria da reunião encontra-se no Anexo 3.

4. Realização de Projetos para a Formação e o Desenvolvimento de Docentes envolvidos com a Formação de Profissionais em Saúde

4.1. Novo mestrado profissional em educação profissional em saúde

O Conselho Técnico Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério de Educação (CTC/Capes/ME), aprovou no final de julho de 2007 a proposta de Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde da EPSJV. O curso tem como público alvo professores e outros profissionais que atuem ou se interessem pela área de Educação Profissional em Saúde.

No formato oferecido na EPSJV, o mestrado terá duração de dois anos e será composto pelas seguintes disciplinas: “Política de Educação e de Saúde”, “Economia da Educação e concepções de formação em saúde” e “Educação Profissional no Brasil: Contextos e Questões atuais”, “Educação do adulto trabalhador”, “Pedagogia das competências” e “Historicidade da Educação dos Trabalhadores em Saúde”.

Assim, já no primeiro semestre de 2008, a EPSJV passará a oferecer duas modalidades de pós-graduação: *lato sensu* e *strictu sensu*.

Depois de implantar o mestrado na própria sede, o próximo desafio da Escola para fortalecer ainda mais a área de Educação Profissional em Saúde será estudar a possibilidade de descentralizar o curso para outros estados e países, a partir das ações de cooperação técnica que a EPSJV já desenvolve.

O objetivo final do curso é consolidar a Educação Profissional em Saúde como campo interdisciplinar, potencializando a produção de conhecimento e a ação estratégica nessa área. Além disso, busca contribuir para o fortalecimento das políticas de direito ao conhecimento pelos trabalhadores técnicos em saúde.

4.2. Projeto de cooperação no âmbito do convênio de cooperação entre a EPSJV e o Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, intitulado “Desenvolvimento de procedimentos operacionais e de biossegurança em biotérios de experimentação em plataformas tecnológicas”.

Como fruto da Cooperação Científica Internacional entre a EPSJV – e outras unidades da FIOCRUZ - e o *Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale* (INSERM) na França, foi lançado em 2007 o livro “Biossegurança Engenharia Genética:

Legislação Brasileira”. A publicação, inserida no projeto de pesquisa da cooperação, “Desenvolvimento de Procedimentos Operacionais e de Biossegurança em Biotérios de Experimentação em Plataformas Tecnológicas”, apresentado no relatório anterior, tem cunho informativo e apresenta a Legislação Brasileira de Biossegurança em cinco (5) idiomas: português, francês, espanhol, italiano e inglês. O objetivo da obra é facilitar as relações entre os países que realizam trabalhos em co-participação na área de engenharia genética, além de oferecer segurança jurídica para os projetos que envolvam a engenharia genética em transgênicos.

O convênio entre a Fiocruz e o INSERM foi instituído há dois anos, e prevê o intercâmbio de profissionais dessas instituições como ferramenta para a troca de conhecimentos em torno da Biossegurança. Entre os principais objetivos da parceria estão a troca de experiências na gestão e procedimentos para a implantação de programas de qualidade e biossegurança, e o desenvolvimento da capacidade institucional para a formação de pessoal especializado em operar biotérios experimentais e manipular animais transgênicos em laboratórios de desenvolvimento.

5. Disseminação de Informações e Conhecimentos Técnicos-Científicos sobre Profissionais de Nível Técnico em Saúde

No período compreendido entre agosto de 2006 e julho de 2007 foram editados dez livros pela EPSJV (individualmente, em parceria com a Fiocruz ou com o MEC):

- **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** é uma obra elaborada na forma de uma coletânea, tomando como ponto de partida o Seminário de Trabalho Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo, evento realizado no contexto das comemorações dos vinte anos de fundação da EPSJV. O objetivo da publicação é aprofundar o debate sobre a sociedade contemporânea e sua relação com a educação, respondendo a algumas demandas urgentes de fundamentação da prática político-pedagógica da escola na atualidade.
- **Debates e síntese do Seminário Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**, é o primeiro caderno de debates editado a partir do material captado durante o Seminário de Trabalho Fundamentos da Educação Escolar do Brasil contemporâneo, referido acima. Este caderno apresenta a síntese e a ênfase dos autores nas conferências proferidas no Seminário, assim como no debate decorrente. Por sua vez, os DVDs recortam trechos destacados das conferências e debates, organizados a partir de grandes categorias e temas: Sociedade capitalista contemporânea; Brasil de hoje; Conhecimento, Ciência e Tecnologia; e Educação e Escola.
- **Dicionário da educação profissional em Saúde**, fundamentada no pensamento crítico da Educação Profissional em Saúde, a obra apresenta verbetes que descrevem e problematizam concepções acerca da educação profissional em saúde, da organização do sistema de saúde brasileiro, e do processo histórico do trabalho em saúde, entre outros.
- Lançamento dos três primeiros volumes da coleção **Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário** (Volume 1 - o território e o processo saúde-doença; Volume 2 – sociedade, estado e direito à saúde; e Volume 6 – Educação e Saúde). A coleção é dirigida aos docentes das instituições responsáveis pela formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), em particular às Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS). Partindo da premissa de que os ACS realizam um trabalho complexo, a coleção de 6 livros aborda um conjunto de temas que procuram discutir as bases

técnicas do trabalho deste profissional, contextualizando-as com as relações sociais e políticas que as atravessam e as condicionam.

- **Educação Profissional em Saúde**, apresenta sistematizações de estudos desenvolvidos pelas autoras no âmbito da área “trabalho e educação” e suas relações com a saúde. O livro procura trazer algumas reflexões sobre a história e as concepções que engendram a área de educação profissional em saúde, chamando a atenção para os marcos – projetos e instituições - significativos a favor de um projeto contra-hegemônico de formação dos trabalhadores da saúde, com ênfase nas particularidades das relações entre trabalho e educação na conformação do Estado brasileiro. O livro faz parte da série “Temas em Saúde”, uma coleção que busca trazer para estudantes, profissionais e público em geral panoramas sobre conceitos e conteúdos fundamentais das áreas da saúde.

- **Estudos de politecnicidade e saúde** é o primeiro volume de uma série que tem como proposta publicizar textos construídos a partir do trabalho científico realizado pela EPSJV, oriundos de uma reflexão pautada no pensamento crítico no âmbito da articulação trabalho, educação e saúde. A obra reúne reflexões acerca das políticas sociais de saúde e de educação que inflexionam a formação dos trabalhadores da saúde; de questões relacionadas ao processo de trabalho em saúde; e análises de questões cotidianas de escolas de educação profissional em saúde.

- **Iniciação científica na educação profissional em saúde: articulando trabalho, ciência e cultura** é uma obra constituída de trabalhos científicos realizados por alunos da educação técnica de nível médio em saúde, no âmbito do Projeto Trabalho, Ciência e Cultura (PTCC). Este projeto tem por finalidade a iniciação científica de jovens e de adultos trabalhadores, como parte de um currículo que tem o trabalho e a pesquisa como princípios educativos e o processo educacional voltado à formação humana.

- **Vigilância dos eventos adversos pós-vacinação: cartilha para trabalhadores de sala de vacinação**, publicação elaborada em parceria com a Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. A obra foi estruturada visando à qualificação dos trabalhadores da sala de vacinação, profissionais fundamentais para a continuidade do sucesso do Programa Nacional de Imunizações no Brasil (PNI), construído ao longo de 32 anos.

6. Disseminação de Informações e Conhecimentos Técnico-Científicos sobre Profissionais de Nível Médio em Saúde

6.1. Mudança na periodicidade da Revista Trabalho, Educação e Saúde

A revista *Trabalho, Educação e Saúde*, mudou sua periodicidade em 2007, passando a ser quadrimestral. A publicação, que já lançou dez números, está indexada em nove bases de dados: Bibliografia Brasileira de Educação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP); Edubase (Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - FAE/UNICAMP); Sumários Correntes de Periódicos *On line* (FE/UNICAMP); Sumários de Periódicos em Educação (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FE/USP); Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina, Caribe, España y Portugal - Latindex (Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT); *Contents Pages in Education* (Carfax Publishing); *Educational Research Abstracts Online* (Carfax Publishing); *International Bibliography of the Social Sciences (The London School of Economics and Political Science)*; e *Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa* (IRESIE).

6.2. Certificação da Biblioteca Virtual em Saúde pela Bireme

Conforme previsto no relatório 2005/2006, a Biblioteca Virtual em Saúde – Educação Profissional em Saúde (BVS/EPS) foi certificada em 22 de dezembro de 2006, pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme-OPS). A BVS-EPS é um espaço de interação das fontes de informação e instituições destinadas à educação de trabalhadores de nível médio para a saúde pública, tendo como objetivo a promoção da difusão do conhecimento técnico-científico e o acesso à informação registrada e armazenada em formato eletrônico. O endereço da BVS-EPS é <http://www.bvseps.epsjv.fiocruz.br/>.

7. Colaboração com outros Centros Colaboradores da OMS

7.1. Visita do representante do Royal Tropical Institut (KIT)

Em junho de 2007, o pesquisador Henk Eggens, representante do Royal Tropical Institut (KIT), fez uma visita para conhecer as atividades da EPSJV como Centro Colaborador da OMS. Além de conhecer a Escola, o pesquisador veio solicitar apoio para duas consultorias que o KIT vai desenvolver com o Instituto de Ciências da Saúde, no Timor Leste.

O *Royal Tropical Institute* (KIT), localizado em Amsterdã, é um Centro Colaborador da OMS em pesquisa, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos em saúde.

7.2. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP)

A Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), foi eleita como próxima Secretária Geral da rede Global de Centros Colaboradores da OMS para o desenvolvimento da Enfermagem e Obstetrícia no período 2008 - 2012. Por este motivo, a EERP/USP solicitou o apoio da EPSJV no sentido de compartilhar a experiência adquirida pela Escola como Centro Colaborador, e coordenadora de duas secretarias de rede, apontando também a possibilidade de estabelecer parcerias em projetos de cooperação num futuro próximo.

Anexos

Anexo 1

Relatório da oficina “Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde”

Oficina Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde

Relatório Final

O presente relatório busca apresentar as principais discussões ocorridas durante os dois dias de trabalho da oficina “Cooperação Internacional no Continente Africano: fortalecimento e ampliação da formação de técnicos em saúde”.

Optou-se por relatar apenas as questões e as informações que não estavam claramente descritas nas apresentações dos palestrantes. Assim, para melhor compreensão da amplitude dos debates, faz-se necessário proceder à análise desse material, encaminhado para todos os integrantes da Oficina, via correio eletrônico.

Programação

13 de julho

9:00 – Abertura da oficina e apresentação da programação;

9:25 – Marcos conceituais da Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores para as cooperações técnicas realizadas pelo Brasil – Ezequiel Pettersen/Agência Brasileira de Cooperação/Ministério das Relações Exteriores;

9:50 – As definições e funções dos Centros Colaboradores da OMS na perspectiva do alcance dos objetivos do milênio – Mário Dal Poz – OMS/Genebra;

10:15 – A experiência da EPSJV como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde – André Malhão e Anamaria Corbo – EPSJV/Fiocruz;

10:40 – As demandas e necessidades da educação de técnicos nos PALOP (segundo roteiro pré – estabelecido):

Dra. Maria José Cardoso – Ministério da Saúde de Angola – (25 minutos)

Dra Margarida Cardoso – Ministério da Saúde de Cabo Verde – (25 minutos)

Dra Angela Pereira – Ministério da Saúde de Guiné Bissau – (25 minutos)

13:00/14:30 – Almoço.

14:30 – Rede de Escolas Técnicas do SUS: história, estratégias e perspectivas – Ena Galvão - SGTES/MS Brasil e Renata Reis – Secretaria Técnica da RET-SUS/ EPSJV/Fiocruz

14:55 – Formação de docentes:

- Capacitação pedagógica: integrando o ensino e o serviço – Maria Regina Pimentel – Escola Técnica em Saúde Isabel dos Santos; (25 min)
- Curso de Especialização de Formação Docente em Educação Profissional na área da Saúde : Enfermagem. A experiência do PROFAE – Milta Torres – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) / Fiocruz; (25 min)

- Formação de docentes a partir da relação entre Trabalho, Educação e Saúde :
O curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde – Marise Ramos
- EPSJV / Fiocruz; (25 min)

- Debate

17:00 – Encerramento da Oficina.

14 de julho

9:00 – A Rede de Observatório de Recursos Humanos em Saúde –Christina Fekete e Patrícia Santos - Coordenação Nacional da Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde/ MS – Brasil;

9:25 – Organização Curricular e produção de material didático:

- A Experiência do PROFAE – Mônica Durães – SGTES/ MS Brasil; (25 min)
- A formação do ACS – Sandra Mara Anesi – Centro Formador de Recursos humanos Caetano Munhoz da Rocha – Paraná / RET-SUS; (25 min)
- A série Trabalho e Formação em Saúde (PALTEX) – Márcia Valéria Morosini - EPSJV/Fiocruz; (25 min)
- Debate

12:00/ 13:30 – Almoço

13:30 – Considerações dos representantes dos PALOP sobre as experiências apresentadas;

15:00 – Apresentação e validação de relatório síntese sobre a pertinência, viabilidade e necessidade de adequação das experiências apresentadas, à luz das especificidades de cada um dos PALOP;

17:00 – Encerramento da oficina

Roteiro de apresentação

Tempo de apresentação para cada participante: 25 minutos

Objetivo: Apresentar um breve diagnóstico da área de formação de técnicos em saúde no país, ressaltando os desafios e perspectivas existentes.

1) Informações gerais sobre o país:

- Total de população (rural e urbana);
- Taxa de crescimento populacional;
- IDH do país;
- Orçamento destinado ao setor saúde;
- Forma de organização do sistema de saúde (modelo assistencial predominante);
- Principais indicadores de saúde.

2) Informações sobre o sistema educacional

- Organização do sistema educacional (educação básica, secundária e superior);
- Relação da educação básica com a formação/educação profissional;
- Principais indicadores da educação.

3) Informações sobre a educação de técnicos em saúde

- Definição do trabalhador técnico (tempo de duração da formação, escolaridade mínima exigida para ingresso no curso de formação);
- Níveis de educação de técnicos (promotores, auxiliares, técnicos básicos, etc) com tempo de duração da formação;
- Áreas de formação de técnicos;
- Instituições que formam técnicos no país (número e setor a que estão vinculadas);
- Estratégias de formação docente;
- Metodologia utilizada para elaboração de material didático;
- Processo de definição do conteúdo curricular da formação dos técnicos (centralizado, definido pelas escolas,...);
- Total de trabalhadores técnicos existentes, relação com os trabalhadores de nível superior;

- Distribuição da força de trabalho segundo categoria profissional (total de médicos, enfermeiros de nível superior, odontólogos, técnicos, etc...);
- Áreas prioritárias para formação técnica;

4) Principais dificuldades existentes para a formação de técnicos em saúde.

Desenvolvimento da Oficina

Dia 13/07/2007

- **Abertura da oficina e apresentação da programação**

Após saudação de boas vindas a todos os participantes e apresentação da programação da oficina, foi exposta a justificativa de ausência dos representantes de São Tomé e Príncipe e Moçambique. O primeiro não pode participar devido ao cancelamento do seu voo pela companhia de aviação angolana TAAG, e o segundo pelo fato de os dirigentes do Ministério da Saúde de Moçambique estarem reunidos, nesse período, para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Humanos.

- **Apresentação dos marcos conceituais da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)/ Ministério das Relações Exteriores (MRE) para as cooperações técnicas realizadas pelo Brasil**

O tema foi apresentado por Ezequiel Pettersen, da Coordenação Geral de Cooperação em Saúde, Desenvolvimento Social, Educação e Formação Profissional da ABC / MRE. Em linhas gerais, foram apresentados os instrumentos legais que possibilitam a cooperação técnica do Brasil com os outros países, as modalidades de cooperação, os produtos esperados, as diretrizes e o histórico da cooperação internacional brasileira.

Destaques da apresentação: (1) o Brasil já tem acordo de cooperação técnica assinado com os PALOP; (2) em 2005, 46% dos recursos da coordenação de cooperação entre países em desenvolvimento da ABC foram para a África, principalmente para os PALOP; (3) quando se analisa a distribuição dos recursos por setores, em primeiro lugar aparece a formação profissional (28%), particularmente em função dos projetos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; (4) no âmbito da formação profissional, a ABC só trata da cooperação para cursos de curta duração, ou seja, as propostas de desenvolvimento de cursos de pós-graduação são encaminhadas pela CAPES; (5) para a execução dos projetos, em alguns casos, a ABC financia equipamentos; (6) o financiamento dos projetos de cooperação é dividido entre a ABC, o país demandante e a instituição responsável pela cooperação; (7) A ABC funciona a partir da demanda dos países. Procura não oferecer cooperação sem antes ter sido demandada. O Brasil deve receber uma solicitação do país que demanda a cooperação, com a indicação da instituição que será parceira no desenvolvimento da proposta.

- **As definições e funções dos Centros Colaboradores da OMS na perspectiva do alcance dos objetivos do milênio**

De início, Mario Dal Poz, coordenador do Departamento de Recursos Humanos da OMS/Genebra, abordou as funções dos Centros Colaboradores e a expectativa da

OMS com as designações desses Centros. Chamou a atenção para o fato de que o termo “educação profissional” nos outros países, diferentemente do Brasil, designa a formação de profissionais de nível superior e não de técnicos médios. Em seguida, ressaltou que a OMS é uma agência executora de consensos técnicos e científicos. A formulação autônoma de políticas é limitada, pois as prioridades devem ser estabelecidas em mecanismos de consensos. O seu papel é harmonizar e integrar mecanismos de cooperação, protocolos, proposições sobre tratamento de doenças, diagnósticos, recursos humanos em saúde (RHS), entre outros. Na área de RHS, os investimentos ainda são pequenos, mas nos últimos anos têm se intensificado, envolvendo não só a formação de técnicos, mas também de médicos e outros profissionais. Destacou ainda que a relação de cooperação com os outros países é um grande aprendizado, pois não é simples e envolve tempo de conhecimento mútuo, o estabelecimento de relações de confiança e de amizade. Especificamente sobre os Centros Colaboradores e sua relação com a OMS, definiu o papel dos Centros, suas funções, as expectativas e vantagens e os procedimentos necessários para sua formalização junto à organização. Toda a relação da OMS com os Centros Colaboradores, no sentido da apresentação dos relatórios e dos processos de designação, redesignação e descontinuidade dos credenciamentos serão realizados on-line pelo sítio www.who.int/collaboratingcentres/en/.

Destaques da apresentação: (1) em maio de 2007, foram aprovados dois grandes objetivos para a área de RHS, que são o fortalecimento das informações e da base de conhecimento sobre a força de trabalho em saúde para fins de análise, planejamento e implementação de políticas de recursos humanos; e o desenvolvimento da capacidade dos países para melhorar a formação, a distribuição, o trabalho em equipe, o conjunto de habilidades e a retenção da força de trabalho; (2) foi aprovada resolução para formação em larga escala de trabalhadores de saúde, tanto dos que estão no serviço, como de novos quadros, o que exige a organização de escolas, professores, metodologias e outros; (3) há déficit de profissionais de saúde em 57 países, dos quais 36 são do continente africano; (4) a perspectiva para 2008/2009 é aumentar o número de Centros Colaboradores de RHS, com foco nas áreas de informação, planejamento e políticas, pois a OMS está com uma política ativa de estabelecimento de redes colaborativas; (5) no Brasil, está em andamento a abertura de mais dois Centros localizados no Instituto de Medicina Social da UERJ, no Rio de Janeiro, e no Núcleo de Educação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina da UFMG, em Minas Gerais; (6) os Centros Colaboradores podem buscar financiamentos em outras áreas da OMS, como por exemplo, para a formação de profissionais em áreas específicas como a AIDS, pois a área de RHS é transversal a muitas áreas; (7) Hugo Mercer vai assumir a função de oficial técnico de acompanhamento dos Centros Colaboradores da área de RHS da OMS, em substituição ao Mario Dal Poz.

- **A experiência da EPSJV como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde**

André Malhão, diretor da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, falou sobre o papel estratégico da atuação internacional da Fiocruz, apresentou

as áreas de atuação da Escola enquanto Centro Colaborador, ressaltando o seu potencial de articulação pelo fato de ser responsável pela secretaria executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS). Também fez referência aos marcos regulatórios que subsidiam as ações de cooperação internacional da EPSJV.

Destaques da apresentação: (1) a Fiocruz foi convidada a ser observador consultivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), contribuindo para a elaboração do Plano Estratégico da CPLP e na formação de RHS; (2) a Fiocruz lidera uma Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública na CPLP, criada em novembro de 2006; (3) será criado um escritório da Fiocruz em território africano, estabelecido como adido especializado da Representação diplomática brasileira, devendo ser acreditado junto à União Africana, na Etiópia. O escritório terá sua sede em Maputo / Moçambique.

Anamaria Corbo, coordenadora da cooperação internacional da EPSJV, abordou a organização da RETS, que tem sua secretaria executiva sediada na EPSJV. A RETS é uma estratégia de articulação e cooperação técnica na área de educação de técnicos, com o objetivo de fortalecer os sistemas nacionais de saúde. Atualmente é composta por 20 países de diversos continentes com 98 instituições participantes. O setor privado participa da Rede desde que o setor público do país correspondente legitime essa participação. Dos países que compõem os PALOP, Guiné Bissau e Cabo Verde ainda não participam da RETS. Foi aprovado o plano de trabalho, para o período 2006-2008, pactuado no Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2006. Esse plano possui três grandes eixos: 1 – ampliação, fortalecimento e difusão da RETS; 2 – comunicação e produção de informação e conhecimento; 3 – produção, divulgação e intercâmbio de conhecimentos.

Destaques da apresentação - Desafios da rede para o fortalecimento da área: (1) ajustes estruturais no setor saúde; (2) terceirização da força de trabalho; (3) migração interna e internacional; (4) falta de garantia de trabalho seguro; (5) reorientação dos modelos de atenção em saúde a partir da APS; (6) e formação integral do trabalhador.

Sobre esses desafios, Mario Dal Poz destacou que a OMS tem como objetivo a estruturação de instituições sólidas nos países para a implementação e promoção de políticas de RHS. Uma possibilidade é a organização de um Departamento Nacional de RH com pessoal, equipamentos e conexão com a internet, para disponibilizar informações suficientes. É necessário discutir a direção das políticas de desenvolvimento de RH. Se os países estão perdendo pessoal, não tem quadros profissionais qualificados, não têm profissionais como médicos, enfermeiros e gestores (economistas), a idéia é que possam reter as pessoas, a partir do estabelecimento de políticas de incentivo de pagamento, de melhores condições de trabalho, etc. Os Centros Colaboradores podem ajudar na formulação dessas políticas. Em Cabo Verde, por exemplo, a escola existente pode ampliar a formação mas necessita de professores capacitados, apoio metodológico, melhoria na infra-estrutura, etc.

- As demandas e necessidades da educação de técnicos nos PALOP (segundo roteiro pré – estabelecido)

As representantes dos PALOP presentes, Angola e Cabo Verde¹, apresentaram as demandas e necessidades da educação de técnicos, conforme roteiro pré estabelecido.

Maria José, representante do Ministério da Saúde de Angola, apresentou os principais indicadores de saúde e de educação do país. Relatou que, do conjunto de trabalhadores de saúde, 94% são técnicos, 1% são enfermeiros licenciados e 5% são médicos, e que a maioria do corpo docente das escolas técnicas é formada nas próprias escolas, mas sem formação pedagógica e sem experiência nas unidades sanitárias. Os de nível superior não são da área da saúde. Atualmente a cooperação na área de RHS se dá com o Brasil, Portugal e África do Sul. Segundo o relato, os princípios do sistema de saúde angolano se baseiam no acesso, na equidade, e nos cuidados primários de saúde.

Mario Dal Poz complementou com as seguintes observações: a formulação do sistema de saúde é teórica, não conseguiu se concretizar em função dos anos de guerra civil; tem uma formulação de equidade que na prática não se consegue implementar; a proposta é que o governo centralize as ações da atenção primária de saúde. Para ele, o grande desafio na área de formação é a organização de um sistema nacional de formação, que articule esses elementos numa formulação estratégica e que possa ser implementada ao longo do tempo com vistas a sua consolidação. Outro desafio é a construção de material didático não só em português, como em outras línguas nacionais. Por último, informa que foram aprovados recursos da União Européia, na ordem de 10 milhões de euros para os PALOP, que deverão ser usados de maneira estratégica.

Após a apresentação de Angola, iniciou-se a de Margarida Cardoso, que é diretora do gabinete de estudos, planejamento e cooperação do Ministério da Saúde de Cabo Verde - www.minsaude.gov.cv. É um país que, segundo relata, está entrando numa fase de desenvolvimento médio, em função do impulso que se deu na educação e saúde após a independência. Atualmente, Cabo Verde possui um IDH de 0,71, com uma grande população de imigrantes que ajudam no PIB (cerca de 1/3 dos recursos). A maior parte da população é rural, com uma população urbana que mantém hábitos e cultura rural. Na área da saúde, o governo priorizou a Atenção Primária de Saúde, com queda importante na mortalidade infantil. Na educação, a prioridade foi a cobertura universal da educação básica para homens e mulheres.

O perfil epidemiológico é de transição com a ocorrência de doenças transmissíveis e não transmissíveis. A esperança de vida atual é de 72 anos, apesar de a população ser jovem. O sistema de saúde está organizado nos níveis primário, secundário e terciário. Os centros de saúde são a porta de entrada do sistema e estão organizados em distritos sanitários, junto com os postos sanitários e postos de base. Os postos de base têm à frente os agentes sanitários de

¹ A representante de Guiné Bissau só pode estar presente no último dia da oficina, devido a problemas com o seu visto em Dakar.

base, responsáveis pela promoção da saúde e acompanhamento do pré-natal e vacinação. Esses agentes possuem uma formação curta, de 1 ano de duração (6 meses de formação em serviço, e devendo possuir, como escolaridade mínima, o 4º ano da educação básica). Os enfermeiros são os responsáveis pelos postos sanitários, além de supervisionarem o trabalho dos agentes sanitários. Os centros de saúde são supervisionados pelos médicos. Na atenção terciária, o sistema já atende casos de hemodiálise e quimioterapia, mas muitos pacientes são tratados em Portugal. O acesso para esses tratamentos fora do país é viabilizado para todos os pacientes que necessitam, independentemente de classe social. Desse ponto de vista, diz que a constituição do país garante o acesso de todos aos serviços de saúde (a saúde é tida como um direito do cidadão) e prevê isenção de pagamento aos mais pobres, com taxas moderadoras em função do rendimento. A sustentabilidade do sistema é difícil.

O sistema de ensino está organizado de forma que a educação básica é obrigatória e universal, sendo composta por 6 anos. O ensino secundário é composto de 6 anos, e ao término deste, o aluno está possibilitado a prosseguir os estudos para o nível superior.

Do ponto de vista da formação, a prioridade de formação é na atenção básica mas também em algumas especialidades. Cabo Verde não possui faculdade de medicina. Essa formação é realizada, principalmente, no Brasil, Cuba e Portugal, com destaque para a participação de Cuba nesse processo. A cooperação nessa área inclui também graduação e pós-graduação. Os enfermeiros superiores são muito poucos e formados fora do país. Outra forma de cooperação é na área de ensino à distância, considerada uma importante estratégia tendo em vista a característica do país, que é constituído por diversas ilhas que formam um arquipélago.

Está sendo instalada a primeira universidade pública em Cabo Verde e o Brasil está colaborando. Uma das propostas é a abertura de cursos superiores na área de enfermagem. Relata que há uma universidade privada com formação de enfermeiros (bacharel) e farmacêuticos superiores, e uma crescente participação do setor privado na área de formação. Além disso, as ONGs têm exercido um papel fundamental no desenvolvimento da saúde, principalmente na promoção da saúde. Em junho de 2007, foi assinado acordo de cooperação técnica em ações de formação (produção de material didático, docência, etc.) entre Brasil, Portugal e os PALOP.

Mario Dal Poz complementou com algumas considerações: a prioridade da formação dos médicos está centrada na medicina de família, daí a grande participação de Cuba nessa área. Um dos grandes problemas de Cabo Verde é a ausência de faculdades, trazendo como consequência uma formação superior realizada fora do país, de acordo com padrões que não se relacionam com a realidade do país. A maioria dos agentes (de saúde/comunitários/sanitários, etc) na África como um todo, não estão inseridos no sistema de saúde. São voluntários, com uma formação de curta duração (4 a 6 semanas).

- **Rede de Escolas Técnicas do SUS: história, estratégias e perspectivas**

Ena Galvão, coordenadora das ações técnicas do DEGES/SGTES do Ministério da Saúde do Brasil, falou sobre a estrutura do sistema educacional no país, ressaltando os níveis da educação profissional, os problemas da formação técnica em saúde e as experiências do Larga Escala, do PROFAE - Projeto de profissionalização dos trabalhadores da área da enfermagem, e a proposta atual denominada PROFAPS - Programa de Formação na Área de Educação Profissional em Saúde. A perspectiva é a formação de 745 mil trabalhadores em 8 anos, nas áreas de Radiologia, Patologia, Citologia, manutenção de equipamentos, odontologia, entre outros, e especializações técnicas para cuidadores de idosos e para serviços de alta complexidade. Está previsto um montante de 900 mil dólares, com recursos do Ministério da Saúde (40%), FAT (40%) e BID (20%).

Destaques da apresentação: (1) No final da década de 70, havia 300 mil trabalhadores que não possuíam qualificação específica. Durante a abertura democrática, esses trabalhadores reivindicavam uma qualificação. Não queriam treinamento mas sim cursos profissionalizantes. (2) O Projeto Larga Escala, uma estratégia do setor público para qualificação dos trabalhadores, no período de 1980 a 1999, formou 100 mil pessoas, a maioria na área de enfermagem. (3) Em 2001, segundo o censo, existiam 2334 escolas que ofereciam cursos de educação profissional, dessas somente 785 ofereciam cursos na área da saúde; 84% dos cursos eram oferecidos pelo setor privado, e concentrados na região sudeste (68%). (4) A criação das Escolas Técnicas do SUS, que se iniciou a partir dos anos 80, tinha como concepção um ensino que fosse até os alunos trabalhadores inseridos no SUS, descentralizado, com uma concepção de currículo integrado, e uma proposta pedagógica baseada na problematização da prática. (5) O PROFAE trabalhou com 319 escolas públicas e privadas para qualificar os 225 mil trabalhadores. No cadastramento nacional, mais de 400 mil se inscreveram, mostrando o quanto o projeto estava subestimado. Apesar disso, foram atendidos 323 mil alunos.

Após a apresentação, Leda Zorayde (OPAS) ressaltou que o PROFAPS vai formar trabalhadores em áreas que não interessam ao setor privado, tais como, Saúde da Família (ACS) e Vigilância Sanitária, e em regiões onde o custo de determinadas formações é alto e o setor privado não investe, como os cursos de citotécnico na região Norte. Além de continuar formando de modo descentralizado, outra novidade desse programa é que atuará articulado com programas sociais, como o Bolsa Família, priorizando a formação profissional junto a essas famílias.

Outra questão debatida foi a formação de novos quadros para a área de saúde, pois, segundo Mario Dal Poz, exceto no Quênia, a experiência de formar profissionais que já estão inseridos no sistema de saúde é inexistente na maioria dos países africanos. Em Angola e Moçambique, a totalidade da formação é para novos quadros. Além disso, como esses países estão em processo de descentralização dos serviços de saúde é necessário formar também técnicos para a gestão do trabalho em todas as áreas (administração, finanças, pessoal, etc.).

Encerrando o primeiro dia de discussão, Renata Reis, coordenadora da secretaria técnica da Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde – RET-SUS, apresentou a organização da Rede, as escolas que a compõem e o plano de comunicação que compreende a edição mensal de uma revista e as potencialidades do sítio web. O sítio e as ferramentas de que dispõe, tais como a sala de reunião, o fórum de discussão e as notícias comentadas, despertaram interesse em função das perspectivas de articulação e conexão futura dos PALOP.

Dia 14/07/2007

• As demandas e necessidades da educação de técnicos nos PALOP (segundo roteiro pré – estabelecido)

O segundo e último dia de debates iniciou-se com a apresentação da organização dos sistemas de saúde e educação de Guiné Bissau por Maria Ângela da Costa Pereira, Diretora da Escola Técnica de Quadros de Saúde do Ministério da Saúde da República de Guiné-Bissau. O país tem uma Escola Nacional de Saúde, vinculada ao Ministério da Saúde, que agrega a Escola Superior de Medicina, a Escola Técnica de Quadros de Saúde e a Formação Contínua. A formação médica e de enfermagem também é realizada na Universidade Amílcar Cabral, vinculada ao Ministério da Educação, com a colaboração dos médicos cubanos. A Escola Técnica de Quadros, responsável pela Educação Técnico Profissional, forma técnicos auxiliares em 2 anos, técnicos médios em 3 anos e Técnicos Superiores em 4 anos. Relata que não existem estratégias e metodologia de formação docente, nem produção de material didático. São os próprios docentes, geralmente os melhores alunos formados pela escola ou aqueles que conseguem bolsa da OMS para fazer curso de pedagogia no exterior, que elaboram o próprio material didático (apostilas e textos).

As áreas prioritárias para a formação são: saúde reprodutiva, saúde infantil, HIV/Sida, Pedagogia, Administração e Gestão, Licenciatura de enfermagem e Mestrado. Quanto às dificuldades do ensino, relata as precárias condições de aprendizagem dos alunos, pois as salas de aulas não oferecem condições pela falta de luz e ventilação, etc.; a falta de técnicos qualificados para a docência; ausência de reciclagem dos professores; a precária infra-estrutura escolar, como ausência de biblioteca, equipamentos, internet, etc. O Ministério da Saúde só garante o salário dos professores, o restante depende da colaboração dos países.

Essa precariedade é devida à guerra civil que assolou o país até recentemente (1998), destruindo todas as instalações, como a escola e o hospital. A capital Bissau concentra 50% da população e o país está sendo reconstruído. Após a guerra, a Escola Técnica de Quadros passou a funcionar nas mesmas dependências da Universidade Amílcar Cabral, limitando o próprio atendimento escolar, que se encerra às 14 h, pois as salas de aula são utilizadas pelos alunos da Universidade após esse horário.

A prioridade do país é a formação de quadros técnicos médios, pois a formação de quadros superiores tem um custo mais alto e geralmente os profissionais não querem ir para o interior do país. Nesses locais, por não terem serviços de apoio diagnóstico, contam com os curandeiros locais e seu saber sobre as ervas.

Formação de docentes:

- **Capacitação pedagógica: integrando o ensino e o serviço**

A apresentação de Maria Regina Pimentel, coordenadora pedagógica da Escola Técnica de Saúde Enfermeira Izabel dos Santos, abordou a capacitação pedagógica, a partir da experiência desenvolvida desde o Projeto Larga Escala.

Após a apresentação do histórico de qualificação dos trabalhadores de nível médio e elementar na área da saúde até a década de 80, Maria Regina abordou a implantação do Projeto Larga Escala, ressaltando suas duas perspectivas: a formação do trabalhador que atuava nos serviços de saúde e possuía apenas o conhecimento tácito da sua prática profissional; e a formação do formador que estava pautada pela valorização do conhecimento prático do trabalhador da saúde e sua concepção de mundo, da construção do SUS (seus princípios e diretrizes) e a possibilidade de discussão dos conteúdos a partir da problematização do processo de trabalho vivenciado por esse aluno. Essa capacitação pedagógica se baseia nas concepções de Paulo Freire, utilizando as fundamentações teóricas do currículo integrado. A avaliação do processo ensino-aprendizagem utilizado não é excludente. Para tanto, utiliza-se de uma avaliação de processo, em que o professor acompanha o aprendizado do aluno mais de perto, intervindo em vários momentos, não apenas ao final dos módulos ou disciplinas. O instrutor era também o profissional graduado que está no serviço (sem licenciatura), daí a necessidade de se pensar a capacitação pedagógica destes. Essa proposta propõe uma integração entre o ensino e o serviço. A lógica se fundamenta em não só pensar nos recursos que o professor deve utilizar para o planejamento e execução da sua aula, mas também no processo de aprendizagem a partir da realidade do aluno. Utiliza também a integração entre os conhecimentos científicos e técnicos que fundamentam e sustentam as práticas, concebendo o conhecimento como o resultado da aproximação entre o objeto do conhecimento e o próprio aluno.

- **Curso de Especialização de Formação Docente em Educação Profissional na área da Saúde : Enfermagem - A experiência do PROFAE**

Milta Torres, coordenadora dos cursos de formação docente *lato sensu* à distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, abordou a experiência de formação docente de 12.000 enfermeiros especialistas, desenvolvida com o PROFAE. Inicialmente, apresentou a experiência do projeto como o resultado de uma luta histórica, de mais de 30 anos, que visava à profissionalização dos trabalhadores da área de enfermagem, e não só do resultado da necessidade do cumprimento de metas estipuladas pelo Ministério. O desafio era pensar um curso que não fosse uma transposição

linear para todo o país, único, mas que incorporasse as fragilidades de formação dos enfermeiros, categoria que sempre esteve mais envolvida com a formação dos trabalhadores de nível médio. Concebe a docência em saúde diferente da docência na educação geral, pois a formação de trabalhadores é uma articulação entre trabalho, educação e formação profissional. O processo de trabalho em saúde requer diferenças nessa docência, requer olhar para o profissional de nível técnico e enxergá-lo de outra forma. Milta apontou algumas ressalvas em relação à educação à distância, pelo fato de não ser uma modalidade que possa ser utilizada em qualquer contexto, principalmente pela perspectiva mercadológica que está associada a sua utilização. Reforçou, então, a necessidade de essa modalidade possuir uma qualidade social que também deve estar presente em qualquer processo presencial. Ressaltou a realização de oficinas regionais de formação inicial em todo o território nacional. Foram realizadas 3 pesquisas de avaliação de egressos e evadidos do curso. A partir dessa pesquisa, a elaboração do material didático foi reformulada, levando em consideração as sugestões dos alunos (na segunda edição desse material essas sugestões foram incorporadas). Das 45 instituições de ensino superior parceiras na execução do projetos, apenas 8 eram privadas. O projeto contou com 482 tutores, em sua maioria mestres.

• **Formação de docentes a partir da relação entre Trabalho, Educação e Saúde: O curso de Especialização em Educação Profissional em Saúde**

Marise Ramos, coordenadora da pós-graduação da EPSJV, apresentou a proposta do curso de especialização em Educação Profissional em Saúde, os princípios organizadores, os objetivos do curso e seus componentes curriculares.

Apresentou que o curso está estruturado para atingir não só os docentes da formação de técnicos, mas sim todos os que estão envolvidos nessa atividade, incluindo os formuladores das políticas de educação técnica. O pressuposto do curso é apresentar os subsídios que possam auxiliar o aluno a entender a realidade, para que ela possa ser transformada e superada a partir da sua ação. Nessa concepção, o trabalho é considerado como produção da existência humana, e não somente como uma atividade formalmente produtiva. A educação é entendida como processo de formação humana, que ocorre em vários lugares, mas principalmente nos espaços constituídos para tal, de forma que o conhecimento socialmente produzido pela humanidade possa estar acessível a todos os indivíduos. Relatou também que o curso originalmente foi organizado de forma modular, em Montes Claros (MG) ocorrendo uma vez por mês, durante dois dias na semana. Manteve a carga horária estipulada pela legislação (360 horas), com duração de dois anos. Atualmente, é oferecido na EPSJV, duas vezes por semana, com duração de um ano (360 horas), com a possibilidade de inserção de alunos estrangeiros, como atualmente ocorre.

Após as três apresentações, as representantes de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau falaram sobre as suas expectativas e, de maneira geral, avaliaram positivamente as experiências e propostas brasileiras, no sentido de viabilizar soluções adequadas para os países e não uma adaptação automática àquelas realidades. A formação docente é uma preocupação nos três países, particularmente dos que atuam nos cursos

de formação de novos quadros para a área de saúde. Nesse sentido, destacaram a importância da capacitação pedagógica agregada aos serviços de saúde, a renovação dos currículos, e a educação à distância. Sobre esse último aspecto, a preocupação central foi com o conteúdo e a qualidade do material pedagógico, e a importância do acompanhamento e dos momentos presenciais, dado que o acesso à internet é muito precário.

- **A Rede de Observatório de Recursos Humanos em Saúde**

Cristina Fekete, representando a Coordenação Nacional da Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde do Ministério da Saúde, apresentou os antecedentes e a organização da Rede ROREHS no Brasil e destacou que, conforme discussões já realizadas da ROREHS com os PALOP, a principal demanda, para os observatórios, é a produção de informações na área do trabalho e da educação na saúde no país, para contribuir na tomada de decisões. A constituição de uma Rede, por sua vez, facilitaria o processo de comunicação e troca entre os países. Destacou também a importância da existência de uma portaria ministerial que estabeleça a criação do observatório, para dar mais solidez ao processo. No Brasil, a Rede funciona através das 20 Estações de Trabalho, que produzem estudos e pesquisas que contemplam a área da gestão do trabalho, da educação e os desafios colocados para a produção de conhecimento na área de recursos humanos. Avalia a necessidade de o Ministério da Saúde criar mais demandas institucionais específicas para as Estações de Trabalho, para subsidiar a tomada de decisão na área. Reiterou a intenção do MS, com o apoio da OPAS/OMS, de estreitar a cooperação dos observatórios existentes com os países africanos, dado o potencial da Rede e a necessidade de se trabalhar as informações que se encontram dispersas nesses países, com o objetivo de dar maior confiabilidade de forma a orientar as políticas na área.

- **Organização Curricular e produção de material didático:**

A Experiência do PROFAE

Mônica Durães, consultora técnica da Coordenação de Ações Técnicas do DEGES/SGTES, apresentou a proposta do PROFAE que tinha como desafios a escolarização, profissionalização, e complementação do ensino fundamental dos trabalhadores de enfermagem, gerência e fortalecimento institucional, organização curricular e material didático. Cerca de 35 mil trabalhadores tiveram complementação do nível fundamental, foram formados 81 mil técnicos de enfermagem e 200 mil auxiliares de enfermagem. Havia um descompasso entre as escolas que participaram do processo do ponto de vista do projeto pedagógico. Viviam-se um momento de transição do modelo curricular por disciplinas para o currículo por competências (discussão ainda hoje presente nas escolas técnicas). Verificava-se a ausência de livros-texto para o nível médio: o material era adaptado do que existia para o nível superior. A produção do material didático contou com a participação do grupo de enfermeiros do Ministério da Saúde (vinculados ao PROFAE) e da ENSP, e especialistas por área temática.

A formação do ACS

Sandra Anesi do Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha – Paraná, apresentou a experiência da Escola na implantação do curso de formação inicial do agente comunitário de saúde (ACS). Inicialmente, relatou o perfil e as atribuições desse profissional, abordando os aspectos legais da profissão, além do histórico de surgimento da categoria. O curso está organizado de forma a abordar o preconizado pelo referencial curricular do ACS, mas também alguns aspectos demandados pelos gestores municipais, sendo a sua duração de 440 horas. A opção metodológica estava centrada no aluno, tendo a cidadania como tema central. Ou seja, cada conteúdo trabalhado mantém articulação com a realidade do aluno. Ocorre de forma descentralizada de modo a se aproximar do local onde o ACS está. O cronograma é flexível, pois cada turma pode organizar o seu de acordo com suas especificidades.

Em seguida, foram apresentados os conteúdos de cada unidade e a forma como são trabalhados, além de algumas dificuldades encontradas no processo.

A série Trabalho e Formação em Saúde (PALTEX)

Márcia Valéria, professora pesquisadora da EPSJV, apresentou a série de material educativo “Trabalho e Formação em Saúde”, que conta com recursos do Programa Ampliado de Livros Textos e Materiais de Instrução – PALTEX (OPS/OMS). Inicialmente, apresentou a dificuldade encontrada no que diz respeito à utilização de material didático para a formação dos trabalhadores de nível médio. Apontou que a série tem por objetivo produzir material didático de referência para essa formação e, nesse sentido, publicou sete títulos em áreas estratégicas: Vigilância Epidemiológica; Registros e Informações em Saúde; Hemoterapia (2 volumes); Administração; Saúde Mental; Políticas de Saúde. Em seguida, apresentou a coleção “Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do Agente Comunitário de Saúde”, que é dirigida aos docentes das instituições responsáveis pela formação dos (ACS), em particular às Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ETSUS). A idéia de organização da coleção surgiu do reconhecimento da necessidade de sistematizar e socializar os saberes fundamentais à formação desses profissionais, saberes estes que transcendem o nível local e conformam uma base comum ao trabalho. A coleção buscou também contemplar o entendimento de que o ACS realiza um trabalho complexo, cujas bases técnicas não podem ser descontextualizadas das relações sociais e políticas que as atravessam e condicionam. As discussões abordadas nos livros que compõem a coleção emergiram dos debates realizados com docentes, ACS, gestores e especialistas (representantes das coordenações municipais e estaduais da Saúde da Família) em oficinas regionais desenvolvidas em três escolas da Retsus, que representavam três macro-regiões brasileiras.

Ao final da oficina, os debates centraram-se em três temáticas: o perfil e especificidades dos Agentes Comunitários de Saúde nos quatro países presentes, a formulação do currículo por competência e a produção de material didático.

Sobre o primeiro aspecto, a representante de Guiné-Bissau disse que a realidade do país é completamente diferente do Brasil. Os agentes de saúde não estão inte-

grados ao sistema de saúde como aqui e não são considerados técnicos. É a própria população que identifica os agentes e as parteiras tradicionais, determinam os critérios de seleção e apresentam ao Ministério. Não são pessoas jovens, pois a população não os aceita, só querem pessoas idosas. A formação dos agentes de saúde é realizada por técnicos designados pelo MS, geralmente enfermeiras. As novas parteiras são formadas pelas parteiras mais antigas. Eles não recebem salário, são voluntários. A população retribui o trabalho com frango ou outro alimento, ou, substituindo-os na lavoura. O MS está enfrentando o pedido de enquadramento dos agentes de saúde como técnicos, mas eles não têm nenhuma escolaridade e nem sabem ler. De todo modo, considera que a experiência da formação dos ACS no Brasil é importante e pode ajudar a melhorar o trabalho. Em Cabo Verde, o sistema de saúde é muito parecido com o do Brasil e os ACS estão integrados ao sistema. Por falta de enfermeiros acabam realizando o trabalho destes. Portanto, a principal diferença é que fazem procedimentos como vacinação, distribuem soro e medicamentos hormonais, entre outros. Em Angola, os ACS são os promotores, que estão integrados ao sistema de saúde e estão trabalhando para torná-los auxiliares. São considerados trabalhadores importantes, pois lidam com a diversidade de línguas nacionais mas não têm a mesma orientação do Brasil, em termos de formação e atuação. De todo modo, considera importante apreender os princípios da formação e o trabalho dos ACS no país com a perspectiva de adaptar à realidade angolana.

Com relação ao currículo por competência, a representante de Angola levantou que o país tem experiência na formulação de currículos por competência para a formação de especialistas na área de saúde materna e pergunta sobre a discussão desse tema no Brasil, por saber que há polêmicas em torno dele. Marise Ramos colocou que há uma lógica hegemônica conductivista na elaboração dos currículos por competência. Parte-se da idéia da flexibilidade mas, ao determinar o detalhamento dos processos de trabalho acaba-se caindo no tecnicismo e numa abordagem funcionalista. O grande debate que se trava em torno dessa concepção é se há possibilidade de ressignificação dessa noção e a perspectiva de uma formação mais integrada. No Brasil, discutiu-se essa ressignificação e ficou claro que há limites em função da própria origem dessa concepção. Por outro lado, Ena Galvão, disse que, à época do PROFAE, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) exigiu que o currículo fosse organizado por competência e, como a equipe do MS não concordava com a abordagem, resolveu ampliar o conceito de competência. Colocou-se à disposição para discutir a riqueza desse processo de discussão, junto com a responsável por esse tema no MS, Claudia Marques.

Foi apresentada a dificuldade de acesso e de elaboração de material didático nos PALOP. Em Guiné-Bissau, por exemplo, não se tem biblioteca, pois a guerra destruiu tudo. Por outro lado, mesmo com o apoio dos doadores internacionais, não se encontram livros adequados, nem em Portugal. Na prática, são os professores que, a partir do programa da disciplina, produzem o texto/apostila, sem nenhum controle e avaliação do conteúdo pela coordenação. Nesse sentido, foi lembrada a existência de material didático de cunho mais universal produzido com o apoio do Paltex/Opas, a iniciativa de organizar a Biblioteca Azul com apoio da OMS e do ICICT/Fiocruz; e a

montagem, organização e formação de pessoal de bibliotecas, em todos os PALOP. Além disso, apontou-se a perspectiva de colaborar no processo metodológico de construção de livros e produção de material didático em outras mídias e suportes, de acordo com as realidades nacionais, com o objetivo de tornar esses países autônomos e autores.

Mario Dal Poz ressaltou que é necessário “ficar claro para onde a gente vai” e destaca que no mês de outubro vai ocorrer uma reunião dos Ministros de Saúde do Brasil, Portugal e PALOP, em Cabo Verde, um momento oportuno para influenciar a agenda desses países, no que diz respeito à educação de técnicos em saúde.

Por fim, ressaltou-se que o encaminhamento para a operacionalização das propostas de cooperação técnica entre os países deve seguir o caminho da formalização destas, pelos países demandantes, junto à embaixada brasileira, para que a solicitação seja enviada à ABC/MRE. De preferência, a proposta já deve indicar a instituição com a qual se queira estabelecer a parceria.

Recomendações para o Desenvolvimento de Cooperação Técnica com os PALOPS

- Os processos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos com os PALOP devem ter como objetivo primordial a colaboração na organização dos sistemas nacionais de educação de técnicos em saúde, respeitando-se a soberania das nações na formulação e implantação das políticas públicas de educação e saúde;
- A formação de técnicos deve estar articulada com a organização dos sistemas de saúde, com ênfase na qualificação dos trabalhadores para a atenção primária, sem deixar em segundo plano a atenção secundária e terciária;
- É de fundamental importância que as estratégias de fortalecimento da educação de técnicos contemplem a elevação da escolaridade desses trabalhadores, através da sua articulação com as demais políticas públicas;
- A estruturação das Escolas Técnicas deve levar em consideração as especificidades de cada país, incorporando processos descentralizados de formação, integração ensino - serviço e a estratégia de educação à distância;
- A Rede de Educação de Técnicos em Saúde (RETS) deve ser fortalecida nos PALOP, principalmente por meio das ferramentas de comunicação planejadas (sítio e revista impressa) , para possibilitar o compartilhamento de informações e conhecimentos relativos à área de educação de técnicos;
- A implantação de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde, com ênfase nos trabalhadores técnicos, deve ser estimulada devido ao seu potencial de contribuição na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas e projetos na área de Recursos Humanos;
- De forma a apoiar o processo de educação de técnicos, favorecendo o acesso à informação científica e tecnológica, faz-se necessária a estruturação, o fortalecimento e a modernização dos acervos bibliográficos especializados. Sugere-se o acesso às Bibliotecas azuis e à produção do Programa Ampliado de Livros Textos e Materiais de Instrução (PALTEX), além do estímulo à doação de material didático, livros e revistas científicas.
- O desenvolvimento da atividade de pesquisa na educação técnica, englobando o corpo docente e discente, deve ser estimulado como forma de contribuir para a produção de conhecimento na área, sistematizando as experiências de formação empreendidas contribuindo para a identificação de potencialidades, necessidades e demandas na área;
- As iniciativas de cooperação técnica para a elaboração de material didático devem respeitar as línguas e dialetos nacionais, incorporando as diversas realidades culturais, na perspectiva de construção da autonomia desses países para essa produção didática. Assim, indicam-se propostas de cooperação que objetivem a adaptação de material didático produzido internacionalmente às realidades nacionais, o apoio ao processo metodológico de elaboração desse material pelos próprios países africanos,

além da construção de processos que possibilitem o desenvolvimento da capacidade de autoria do corpo docente das Escolas Técnicas desses países.

- Para a consolidação da área, devem ser empreendidas propostas de investigação que tenham como objetivo a avaliação do processo ensino-aprendizagem, bem como o acompanhamento dos egressos.

Anexo 2

Informe Técnico (Resumen Ejecutivo) – OPS/OMS Paraguay sobre a atividade ocorrida no âmbito do TCC “*Colaboración Interinstitucional para el Fortalecimiento de la Formación de Técnicos e Auxiliares como Actores Esenciales de la Atención de Salud*” entre Bolívia, Brasil e Paraguai.

INFORME TÉCNICO
(Resumen Ejecutivo)
OPS/OMS PARAGUAY

Unidad Ejecutora: Departamento de Bioestadística dependiente de la Dirección General de Planificación y Evaluación del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social.

Actividad: Jornada de trabajo conjuntamente con Docentes del Instituto Nacional de Salud – INS y la Escuela Politécnica de Salud Joaquín Venancio, Fundación Osvaldo Cruz de la República Federativa del Brasil para estudio de la malla Curricular de Técnicos en Registros y Sistemas de Informaciones en Salud.

Periodo de ejecución: Del 20 de Agosto del 2007 al 24 de Agosto del 2007.

Resumen

Antecedentes:

El Análisis de la situación del Sistema de Información del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social, los resultados de la Aplicación de las Herramienta de Análisis y Monitoreo del SIS propuesta por la Red Métrica de Salud (RMS) y el de la Evaluación Organizacional y de Comportamiento (OBAT), desarrollado por MEASURE, fue motivo para priorizar el fortalecimiento de la capacidad de los RR.HH del Sistema Nacional de Información en Salud (SINAIS) en los niveles nacional, regional y local.

Actualmente el Instituto Nacional de Salud de Paraguay no cuenta con una carrera de formación Técnica en el área de Sistema de Información y Estadística, razón por la cual la Dirección del Programa SINAIS a través del Dpto. de Bioestadística del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social inicio las gestiones para la implementación del primer curso de Técnico en Registros y Sistemas de Información en Salud.

El curso estará dirigido a funcionarios de salud que actualmente se desempeñan en el área de Estadística en hospitales regionales, especializados, distritales y de nivel central dependientes del Ministerio de Salud, el Instituto de Previsión Social (IPS), Sanidad Militar y Sanidad Policial.

Con el fin de realizar el estudio de la malla curricular de Técnico en Registros y Sistemas de Información en Salud, nuevamente se solicitó a la Representación de la OPS/OMS-Py la cooperación técnica y financiera para la venida de expertos en el área.

El apoyo técnico se desarrolló en el ámbito del TCP- Bolivia-Brasil-Paraguay, colaboración interinstitucional para el fortalecimiento de la formación de Técnico en Registros y Sistemas de Información en Salud, con la colaboración de docentes de la Escuela Politécnica de Salud Joaquín Venancio, Fundación Osvaldo Cruz de la República Federativa del Brasil.

La coordinación de la jornada de trabajo estuvo a cargo del Programa de Fortalecimiento del Sistema Nacional de Información en Salud – SINAIS en el marco de la Estrategia 3.3. “Fortalecer la Capacidad de los RR.HH involucrados en el SINAIS en los niveles nacional, regional y local a través de la Jefatura del Dpto. Bioestadística del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social.

Objetivo General:

- Contribuir para la elaboración, de forma conjunta, del plan curricular del Curso Técnico en Registros e Información en Salud a ser implementado por el Instituto Nacional de Salud de Paraguay.

Objetivos Específicos:

- Discutir y definir el perfil del trabajador que actuará en el sector de Registros e Información en Salud.
- Definir los contenidos necesarios para la habilitación técnica en Registro e Informaciones en Salud, coherentes con el perfil idealizado para el trabajador;

Metodología:

Estudio comparado, intercambio de experiencias y construcciones compartidas, resaltando la visión de aquellos que conocen profundamente el tema a ser trabajado, basados en las necesidades del servicio de salud, en lo que toca especialmente el registro y las informaciones en salud, intermediados con el intercambio de la experiencia del hacer y pensar.

Desarrollo de las actividades:

El taller se desarrolló a través de exposiciones y trabajo conjunto, durante tres días. Temas desarrollados:

- Presentación del Termino de Cooperación entre Países (TCP)
- Presentación de la programación del taller y sus objetivos.
- Presentación de los principales resultados obtenidos con la realización del taller de diciembre 2006.
- Estudio comparado de los planes de los cursos de Bolivia y Brasil
- Curso Técnico de Registros e Informaciones en Salud de la EPSJV.
- Curso Técnico en Bioestadística (propuesta remitida desde Paraguay inicialmente).
- Lectura y análisis del texto: CAMARGO Jr., K. R. & COELI, c. M. *Políticas de informação em Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- Debate sobre:
 - Información y Informática;
 - Sistema de Información y Sistema de Salud.
- Discusión acerca del perfil del trabajador del sector de Registros e Informaciones en Salud.
- Principios de la Educación Profesional en Salud
- Estructura y desarrollo Curricular
- Definición de la organización curricular del Curso Técnico en Registros y Informaciones en Salud, pré-requisitos, definición de la secuencia de las materias y/o módulos.
- La preparación del documento fina que incluirá todos los aspectos tratados en ocasión de la jornada, se concluirá en breve con el apoyo de los docentes paraguayos.

Compromiso asumido por el equipo paraguayo

- o Elaborar el borrador final del documento curricular
- o Remitir a las docentes brasileñas que lideraron la jornada para su revisión y ultimas sugerencias de modificación.
- o Elaboración del documento final

Presentación del documento por parte del SINAIS al INS para su consideración y aprobación.

Recomendaciones principales/acciones necesarias:

- Realización de un Curso de Capacitación en Metodología de Enseñanza a través del INS y el SINAIS, dirigido a docentes para el desarrollo del Curso Técnico en Registros e Información en Salud en Paraguay. Fortalecimiento del intercambio de experiencias a través de visita a la Escuela Politécnica de Salud Joaquim Venancio, Fiocruz, Brasil. de los coordinadores docentes paraguayos

Nombre: Lic. Lucía Bogado Riveros	Firma y sello:	Fecha:	
(Uso OPS/OMS) revisión técnica:	1. Fecha:	2. Vº Bº Consultor:	3. Observación:

Anexo 3

Relatoria da Reunião da RETS ocorrida durante o I Congresso de Tecnologia da Saúde, La Habana – Cuba

Informe da II reunião da RETS

Havana – Cuba - 22 e 23/05/2007

A RETS se reuniu pela segunda vez, desde a sua reativação em 2005, entre os dias 22 e 23 de maio, no Capitólio Nacional, em Havana, Cuba, durante o 'I Congreso de Tecnologías de la Salud'. A reunião contou com a participação de cerca de 20 pessoas, representando 14 instituições de sete países: Angola, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México e Uruguai (relação dos participantes no anexo A).

O encontro foi programado na primeira reunião da Rede, ocorrida durante o Fórum Internacional de Educação de Técnicos em Saúde, realizado em agosto de 2006, no Rio de Janeiro, Brasil. Teve como objetivo validar um instrumento que contribuísse para o alcance de uma unidade possível de categorização das diversas carreiras e áreas de formação técnica de forma a contemplar a realidade educacional dos países que integram a RETS. Tal instrumento facilitará a coleta e sistematização das informações que estarão disponíveis no site da Rede, assim como servirá de base para futuros projetos de pesquisa desenvolvidos em conjunto. Entre estes, destaca-se a elaboração de um glossário de definição e classificação das ocupações técnicas e termos relacionados, conforme apontado no Plano de Trabalho da RETS para o período de 2006 a 2008.

A programação da reunião foi organizada de forma a permitir que cada representação dos países presentes expusesse a definição de trabalhador técnico, segundo a configuração das áreas de educação e saúde; apresentasse a legislação educacional sobre a formação de técnicos, incluindo a relação desta com a educação secundária; e apontasse as carreiras de formação de técnicos, segundo os requisitos de ingresso, duração, certificação e perfil de egresso. As diferentes apresentações estarão disponíveis brevemente pela *web*, no site www.epsjv.fiocruz.br, até que o site da RETS esteja ativo.

Após essa apresentação, foi realizada a síntese das informações em um quadro (anexo B) e procedeu-se à discussão do processo de categorização dos diversos níveis de formação de técnicos (auxiliar, técnico médio, técnico superior, etc). Cabe ressaltar que durante as apresentações foram identificadas 13 denominações diferentes para esses níveis. Nesse processo, verificou-se a dificuldade em submetê-los a uma lógica que conferisse uma unidade comum de classificação. Ou seja, ficou evidente para todos os presentes que as atribuições profissionais e as situações que os trabalhadores vivenciam no seu processo de trabalho são distintas de país para país, mesmo que eles possuam a mesma denominação de nível de formação técnica. Nessa perspectiva, a proposta de construção de uma estrutura de classificação deve ter como base alguns parâmetros que possibilitem uma primeira aproximação entre as diversas realidades dos sistemas educativos e de saúde dos países que compõem a RETS.

Assim, foi proposto pelos presentes que a definição da carga horária de formação e escolaridade mínima de ingresso para os diferentes níveis de formação técnica, devem ser indicadores fundamentais para a definição desses parâmetros classificatórios. Nesse sentido, o encaminhamento pactuado foi a inclusão desses parâmetros no quadro informativo discutido na reunião, que será encaminhado para preenchimento por cada membro da Rede. A partir do retorno das informações solicitadas, a secretaria executiva irá proceder a sua análise e

sistematização, e elaborar uma proposta de classificação desses diversos níveis de formação, para apresentação ao conjunto da RETS.

Outro ponto debatido no encontro foi a categorização das diversas áreas de formação de técnicos em saúde. Para iniciar a discussão, a secretaria executiva apresentou uma proposta derivada de um estudo realizado pela Estação de Trabalho Observatório de Técnicos em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, que teve como objetivo a construção de um banco de dados da Educação Profissional Técnica em Saúde no Brasil. Esse estudo analisou as informações do Censo Escolar que incorpora o ensino técnico, comparando-o com as 12 subáreas da saúde definidas nos referenciais curriculares nacionais de educação profissional de nível técnico. Além dessas subáreas, a análise da oferta de cursos realizada pelo referido estudo indicou a necessidade de criação de mais oito. Essa proposta de agrupamento de áreas foi apresentada na reunião da RETS para análise, com o objetivo de discutir a necessidade de adaptação e viabilidade de sua utilização como estrutura de categorização das áreas de formação técnica. Ressalta-se que os processos de trabalho vivenciados em algumas dessas áreas podem ser semelhantes entre si e outros, pela sua especificidade, são fundamentalmente distintos. A intenção é criar um agrupamento de áreas que contemple o conjunto dos processos de trabalho em saúde, que constituem a base da formação técnica, em todos os países membros da RETS.

Durante a discussão da proposta, avaliou-se a necessidade de mudança de algumas denominações de áreas, e definiram-se alguns encaminhamentos, visto que essa categorização é muito complexa e necessitaria de um tempo maior de discussão. Assim, foram pactuadas as seguintes ações, que para serem melhor compreendidas devem ser lidas acompanhadas do Anexo C:

- Cada instituição-membro deverá analisar a relação de áreas, com o intuito de verificar se a mesma contempla as especificidades de cada processo formativo. Ou seja, os diversos perfis de formação deverão se encaixar nas áreas apresentadas;
- Cada área deverá possuir uma descrição sucinta de sua finalidade para facilitar o processo de agregação e de classificação dos diferentes perfis;
- Caso um perfil não esteja contemplado na relação, a instituição deverá sugerir a inclusão de uma nova área que atenda a essa necessidade, além de apresentar a descrição sucinta da sua finalidade;
- A secretaria executiva da RETS se encarregará de consolidar as sugestões de inclusão ou de modificação de nomenclatura, e propor uma estrutura de classificação que agregue todas as áreas apontadas.

Finalmente, um dos pontos ressaltados foi a necessidade de participação de todos os membros da RETS nos processos que se iniciaram na reunião de Cuba. Como elos de uma Rede, todos os membros são responsáveis pelos encaminhamentos pactuados e que são derivados do plano de trabalho definido em 2006. Pelo fato de ser uma Rede complexa que agrega diversos tipos de instituições de países de vários continentes, a realização de encontros presenciais nem sempre é possível. Surge daí a necessidade de estabelecermos mecanismos de comunicação ágeis e eficientes para podermos dar continuidade à árdua tarefa de fortalecimento da educação de técnicos, e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade dos sistemas nacionais de saúde.

Anexo A Lista de Presença

NOME	PAIS	INSTITUIÇÃO	E-MAIL
Anamaria D'Andrea Corbo	BRASIL	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / FIOCRUZ	anamcorbo@fiocruz.br
André Malhão	BRASIL	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / FIOCRUZ	malhao@fiocruz.br
Júlio César França Lima	BRASIL	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / FIOCRUZ	jlima@fiocruz.br
Léda Zorayde de Oliveira	BRASIL	OPAS - Brasil	oliveiraleda@bra.ops-oms.org
Elsa Zarato Santamaria	COLÓMBIA	UNISALUD - Colombia	unisalud1982@hotmail.com
Eunice Medina Braussin	COLÓMBIA	UNISALUD - Colombia	unisalud1982@hotmail.com
Juan Bravo Cortes	COLÓMBIA	F. Universidad Area Andina	jbravo@areandina.edu.co
Juan Carlos González M.	COLÓMBIA	SENA	jgonzalezm@sena.edu.co
Juan Carlos Orjuela Moncada	COLÓMBIA	Fundación Universitaria del Área Andina	orjuela@areandina.edu.co
Ana Lizbeth Rojas Breres	COSTA RICA	Universidad Estatal a Distancia	lrojas@saludcoopesain.com
Angela Maria Jara Bolaños	COSTA RICA	Asociación Nacional de Tecnólogos de Traumatología y Ortopedia	anjara@ccss.sa.cr
Berta Emilia Alvarez Montoya	COSTA RICA	Universidad de Costa Rica	anjarabolanos@hotmail.com
Xenia Alvares do Zeledón	COSTA RICA	Universidad de Costa Rica	xiberi@univision.com
Digzán César Hidalgo Salas	CUBA	Filial de Ciencias Médicas Sametí Spiritus - Cuba	alvarezberta@hotmail.com
Julio Portal Pineda	CUBA	Facultad Tecnología Salud	xiniaaz@racesa.co.cr
Martha Lima Pentón Pejón	CUBA	Filial de Ciencias Médicas Sametí Spiritus - Cuba	cesar@filiafcm.ssp.sld.cu
Zulema Fuentes Núñez	CUBA	CPHE La Habana	julio_portal@infomed.sld.cu
Alberto Javier Garcia Garro	MÉXICO	Instituto Mexicano del Seguro Social	martha63@filiafcm.ssp.sld.cu
Alicia Raggio	URUGUAI	Escuela Universitaria Tec. Medica. Univers. República	zulema.fuentes@infomed.sld.cu
Raquel Martinelli Labadie	URUGUAI	Escuela Universitaria Tec. Medica. Univers. República	alberto.garcia@imss.gob.mx
			araggio@hotmail.com
			martinellilabadie@hotmail.com

Anexo B

Informações sobre a área de formação de técnicos em saúde

	Definição trabalhador técnico em saúde
Brasil	Conjunto de trabalhadores que exercem atividades técnico-científicas no interior do setor saúde, incluindo desde trabalhadores elementares (responsáveis por atividades consideradas simples), pelos auxiliares e técnicos de diversas especialidades, e pelos tecnólogos de nível superior.
Colômbia	
Costa Rica	<p><u>Pessoal técnico na saúde:</u> Pertence a uma ciência, versado numa especialidade médica. Realiza cursos de capacitação, não universitários.</p> <p><u>Pessoal tecnólogo em saúde:</u> Pertence a uma ciência, versado numa especialidade médica.</p> <p>O trabalho do tecnólogo se insere no processo de cuidado integral da saúde, sua participação conjunta na equipe multidisciplinar de saúde, e seu aporte nas soluções da problemática sanitária, faz relevante que seus atos se sujeitem a normas éticas..</p> <p>Nível Acadêmico: Universitário ao qual se integram conhecimentos científicos tecnológicos e socio-políticos para o exercício técnico profissional.</p>
Cuba	<p><u>Técnico da Saúde:</u> "é aquele que se qualifica mediante planos de estudo específicos para realizar determinado trabalho em diferentes esferas da saúde e realiza suas ações sob a direção, orientação e colaboração dos quadros profissionais de nível superior, para facilitar a melhor utilização e rendimento dos serviços de atenção da saúde".</p> <p><u>Tecnólogo da Saúde:</u> é um profissional é com conhecimentos científicos e práticos que o capacitam para trabalhar em equipe, na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de pessoas sãs e/ou doentes e para exercer com eficiência as funções administrativas, docentes e investigativas no campo da saúde.</p>
México	Profissional com aptidão que realiza, em conjunto com o médico, ações de prevenção, diagnóstico e tratamento para com o paciente.
Uruguai	É um profissional da equipe de saúde cuja formação é dada pelos programas elaborados pelos órgãos responsáveis que regulam a Educação. Os conhecimentos científicos e práticos adquiridos, assim como sua perícia e habilidade, permitem trabalhar em diferentes esferas sanitárias atuando sob a supervisão de níveis superiores como os Tecnólogos e os Licenciados.

	Órgãos responsáveis pela regulação educacional
Brasil	MEC: Ministério da Educação MS: Ministério da Saúde
Colômbia	Ministerio de Educación y de la Protección Social
Costa Rica	<u>Órgãos governamentais:</u> Ministerio de Salud. Ministerio de Educación. <u>Instituição Autônoma:</u> Caja Costarricense De Seguro Social. (CCSS) <u>Outros:</u> Comisión Nacional de Rectores de Costa Rica (CONARE, públicas) - Universidad de Costa Rica. (UCR) - Universidad Nacional de Costa Rica. (UNA) - Universidad Estatal a Distancia. (UNED) - Instituto Tecnológico de Costa Rica. (TEC.) - Colegio Universitario Superior de Cartago. (Carreras curtas Técnicas) - Colegio Universitario Superior de Alajuela. (Carreras curtas Técnicas)
Cuba	Ministerio de Educación Ministerio de Educación Superior Ministerio de Salud Pública
México	Secretaría de Educación Pública. Comisión Interinstitucional para la Formación de Recursos Humanos para la Salud.
Uruguai	Ministerio de Educación y Cultura – Regulador da Educação Geral do país. Universidad de la República – Ente autónomo – Regulador de nivel terciário.

Lei da Educação	
Brasil	Lei n. 9394/96
Colômbia	Lei n.115
Costa Rica	Constituição Política Artigo 140, Decreto 2613 spps 3 de novembro de 1972. Lei orgânica do colégio de médicos e cirurgiões de Costa Rica, Regulamento do capítulo de técnicos em saúde, Colégio de Médicos e Cirurgiões de Costa Rica.
Cuba	Lei de Nacionalização Geral e Gratuita do Ensino em Cuba de 1961.
México	Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, Artigo 3o
Urugual	Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, Artigo 123, Apartado "A", Fração XIII. Lei Nº 15.739

Níveis da Educação	
Brasil	<p>1º nível: Educação Básica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação infantil - Ensino fundamental (nove anos – duração mínima) - Ensino secundário (três anos – duração mínima) <p>2º nível: Educação Superior</p>
Colômbia	<p>Pré-escolar – 3 anos</p> <p>Básica Primária – 5</p> <p>Bachillerato – 4 (básico) + 2 (eletiva) (para prosseguimento para o nível superior)</p> <p>Formação para o trabalho e desenvolvimento humano – 1/2 anos (somente necessita o bachiller básico)</p> <p>Educação superior</p>
Costa Rica	<p>Pré-escolar – 1 ano</p> <p>Primário – 6 anos</p> <p>Secundário – 5 anos (incluindo o bachiller)</p> <p>Educação superior</p>
Cuba	<p>Pré-Escolar – 1 ano</p> <p>Primário - 6 anos</p> <p>Secundário - 3 anos</p> <p>Educação técnico profissional – 3 / 4 anos após secundário, integrada a pré-universitário</p> <p>Pré-universitária - 3 anos</p> <p>Educação superior – 5 anos</p>
México	<p>Pré Escolar – 1 a 2 anos</p> <p>Primaria - 6 anos</p> <p>Secundário - 3 anos</p> <p>Preparatoria ou Bachillerato - 3 anos</p> <p>Educação superior</p>
Uruguai	<p>Educação inicial – 2 anos</p> <p>Primário – 6 anos</p> <p>Secundário – Ciclo básico – 3 anos</p> <p>Bachillerato - 3 anos</p> <p>Secundário integrado técnico (UTU – Universidad Técnica del Uruguay) – 4 anos</p> <p>Educação superior</p>

	Leis da Educação de Técnicos
Brasil	Decreto n. 2.208/97 (revocado) Decreto n. 5.154/2004 Decreto n. 5.840/2006 (institui o Programa Nacional de Integração da Educação de Técnicos com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos)
Colômbia	—
Costa Rica	—
Cuba	Lei 41 da Saúde Pública.
México	Lei Federal do Trabalho. Artigo 132, Frações XV e XXVIII e Capítulo III Bis do Título Quarto. Contrato Coletivo de Trabalho, Cláusulas 114, 115 y 116. Contrato Coletivo de Trabalho, Regulamento de Capacitação e Adestramento, Artículo 114. Contrato Coletivo de Trabalho. Regulamento Interior de Trabajo, Artículo 5. Regulamento para os Alunos em Cursos de Formação Técnica e de Especialização em Enfermagem.
Uruguai	Resolução Nº 38 do Conselho Diretivo Central da Universidad de la República datada de 16/08/94 DIST. 596/94 – DO 7/7/03

Níveis da Educação de Técnicos	
Brasil	Formação inicial e continuada de trabalhadores – sem exigência prévia de escolaridade. Pode ser oferecido segundo itinerário formativo (incluindo capacitação, aperfeiçoamento, especialização e a atualização); Educação profissional técnica de nível secundário – educação básica completa. Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.
Colômbia	
Costa Rica	Auxiliar Tecnologia de Saúde – <i>Bachirellato</i> em Educação Média – Técnico de 03 a 06 meses Assistente Técnico Prático em Tecnologias - <i>Bachirellato</i> em Educação Média – Técnico de 03 a 06 meses Técnico Prático em Tecnologias - <i>Bachirellato</i> em Educação Média – Técnico de 03 a 06 meses Tecnólogos Graduados em Tecnologias da Saúde - <i>Bachirellato</i> em Educação Média – Universitário Tecnólogo 2 anos Tecnólogos Diplomados em Tecnologia da Saúde – <i>Bachirellato</i> em Educação Média – Universitário Diplomado 3 anos Tecnólogo <i>Bachiller</i> e Licenciatura em Saúde - <i>Bachirellato</i> em Educação Média – Universitário Licenciatura 4,5 anos.
Cuba	Técnico auxiliar - categoria transitória com formação entre 10 e 15 semanas Técnico básico - categoria transitória com formação de 1 ano Técnico - formação titular com duração de 3 anos e certificado pelo Mined Licenciado - formação titular com duração de 5 anos e certificado pelo Mes
México	Auxiliar Técnico – 1 ano Técnico - 1 ano Técnico – 2 anos Profissional Técnico – 3 anos
Uruguai	Tecnólogo – 3 anos Licenciado – 4 anos

Anexo C

Quadro de áreas de formação técnica

Áreas	Cursos
Biodiagnóstico	Técnico em Laboratório de Análises Clínicas Técnico em Laboratório de Biodiagnóstico em Saúde Técnico em Citologia Auxiliar de Laboratório de Análises Clínicas
Enfermagem	Técnico em Enfermagem Auxiliar Técnico de Enfermagem Especialização em Técnico de Enfermagem do Trabalho Especialização em Técnico de Enfermagem de UTI Especialização em Técnico de Enfermagem em Geronto-Geratria Especialização em Técnico de Enfermagem em Instrumentação Cirúrgica Especialização em Técnico de Enfermagem de Centro Cirúrgico Especialização em Técnico de Enfermagem em Saúde Pública Especialização em Auxiliar Técnico de Enfermagem do Trabalho
Estética	Técnico em Estética Auxiliar de Estética
Farmácia	Técnico em Farmácia Auxiliar em Farmácia
Hemoterapia	Técnico em Hemoterapia
Áreas	Cursos
Nutrição e Dietética	Técnico em Nutrição e Dietética
Radiologia e Diagnóstico por Imagem em Saúde	Técnico em Radiologia e Diagnóstico por Imagem em Saúde Auxiliar em Radiologia e Diagnóstico por Imagem em Saúde
Reabilitação	Técnico em Massagem Técnico em Massoterapia Técnico em Podologia Técnico em Próteses Técnico em Reabilitação Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos

Saúde Bucal	Técnico em Higiene Dental Técnico em Laboratório de Próteses Dentais Auxiliar de Laboratório de Próteses Dentais Auxiliar de Consultório Dentário
Saúde Visual	Técnico em Optometria Técnico em Óptica Técnico em Saúde Visual Especialização em Optometria
Áreas	Cursos
Saúde e Segurança no Trabalho	Técnico em Segurança do Trabalho Auxiliar de Segurança do Trabalho
Vigilância Sanitária	Técnico em Vigilância Sanitária e Saúde Ambiental Auxiliar Sanitário de Alimentos e Nutrição
Educação Física	Técnico em Esportes
Equipamentos Médico-Hospitalares	Técnico em Manutenção de Equipamentos Médico-hospitalares
Gestão em Saúde	Técnico em Administração Hospitalar Técnico em Gestão de Serviços de Saúde Técnico em Registros e Informações em Saúde
Saúde Comunitária	Técnico em Saúde Comunitária Técnico Agente Comunitário de Saúde
Terapias Alternativas	Técnico em Acupuntura Técnico em Homeopatia Técnico em Quiropraxia Técnico em Shiatsu Técnico em Terapia Corporal Técnico em Terapia Floral Técnico em Yoga Técnico em Naturopatia
Veterinária	Técnico em Veterinária

